

Em 6 de Maio de 1997 transitou para a Divisão de Protecção e Conservação Florestal, da Direcção de Serviços das Florestas, exercendo funções de assistência técnica aos centros de prevenção e detecção e às brigadas de investigação de fogos florestais (BIFF) da área de influência da DRABL e articulação com os serviços centrais;

Em 28 de Dezembro de 1997 transitou para a Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, pelo despacho n.º 34/97, do Director Regional de Agricultura da Beira Litoral, onde desempenhou funções de apoio técnico à coordenação da iniciativa comunitária «LEADER II»; acompanhamento e implementação do Programa de Apoio aos Pequenos Agricultores, no âmbito do Mercado Social de Emprego (MSE); acompanhamento e implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Económico em Núcleos Rurais, no âmbito do Programa Operacional para a Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), subprograma n.º 1, «Iniciativas de desenvolvimento local»;

Desde 17 de Agosto de 2001 a exercer o cargo de chefe de divisão de gestão financeira e controlo orçamental, nomeado em comissão de serviços, pelo período de três anos, mediante concurso, pelo despacho n.º 17 948/2001 (2.ª série), de 26 de Julho, do secretário de Estado das Pescas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 27 de Agosto de 2001.

Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Despacho (extracto) n.º 2205/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Janeiro de 2005 do vogal do conselho de administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e deste Instituto:

Maria Isabel Sacadura Monteiro, Rui Paulo Viana da Silva Neves, Maria de Fátima Sousa Pombinho Veiga, Paula Isabel Saraiva Garcia, Maria Cecília Amador Coelho Boavida dos Santos, José Miguel Brandão Coelho e Campos Ghira e Sofia Brito de Lima Louro — nomeados para a categoria de técnico superior principal, da carreira de engenheiro agrónomo, do quadro de pessoal deste Instituto, escalão 1, índice 510, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da aceitação deste lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Janeiro de 2005. — O Director-Coordenador, *Damasceno Dias*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas

Louvor n.º 92/2005. — Pelo director da Estação Florestal Nacional foi apresentado o seguinte louvor, ao qual me associo:

«Tendo a técnica profissional de 2.ª classe, Maria da Luz dos Santos Mendes Tavares, passado à situação de aposentada, é de inteira justiça reconhecer publicamente o mérito do trabalho desenvolvido no desempenho das suas funções no Departamento de Protecção Florestal, pelas suas qualidades de trabalho, competência e solidariedade demonstradas, não só nas tarefas específicas que lhe eram cometidas, como também na inestimável colaboração prestada na manutenção e organização do espaço laboratorial, colmatando lacunas de serviço e demonstrando total disponibilidade para colaborar em diferentes sectores inerentes à actividade dos laboratórios a nível institucional e interinstitucional.»

Por todos os motivos considero que a sua acção é merecedora de público louvor.

18 de Janeiro de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vitor Sanches Lucas*.

Rectificação n.º 149/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 11 de Janeiro de 2005, deverá ser acrescentado o *curriculum vitae* do licenciado José Carlos Reis Mendonça Aguiar, que se anexa.

19 de Janeiro de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vitor Sanches Lucas*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — José Carlos Reis Mendonça de Aguiar.
Naturalidade — Lisboa, 19 de Julho de 1952.
Estado civil — casado, duas filhas.

Situação profissional — técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.

Habilitações académicas — licenciado em Agronomia pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA), de Lisboa, no ano de 1978, tendo obtido a classificação final de 13,2 valores.

Outras habilitações — cursos de pós-graduação em:

- «Avaliação de projectos agrícolas» — CEEA-IGC, Oeiras, 1982 — diploma de aproveitamento;
- «Desenvolvimento em agricultura» — CEEA-IGC, Oeiras, 1982 — diploma de aproveitamento;
- «Agricultura, ambiente e recursos naturais — Economia da agricultura sustentável» — ISA, Lisboa, 1994 — diploma de aproveitamento;
- Curso de «Concepção de guiões para audiovisuais» (cem horas) — INA, 2001-2002 — certificado de frequência.

Resumo do registo biográfico:

De Agosto de 1977 a Janeiro de 1978, estágio curricular no Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas;
De Junho de 1978 a Abril de 1983 exerceu as funções de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro do Ministério da Agricultura, na Divisão de Integração Europeia do Gabinete de Planeamento, organismo que coordenou as acções relativas à adesão de Portugal à CEE naquele Ministério. A partir de 1 de Outubro de 1983, e a seu pedido, passou à situação de licença ilimitada;

De Abril de 1983 a Novembro de 1987 exerceu o cargo de chefe do Departamento de Sementes da Rhône-Poulenc Agro, unidade operacional e centro de custos autónomo dedicado à produção e aprovisionamento de sementes certificadas, no quadro da liberalização do mercado ocorrida em 1982;

De Novembro de 1987 a Dezembro de 1991 exerceu o cargo de director-geral-adjunto da EUROPROTEÍNA — Sociedade Portuguesa de Proteaginosas, S. A., unidade agro-industrial no sector dos alimentos compostos para animais, com responsabilidades nas áreas de aprovisionamento, relações com a lavoura e organismos de tutela, investigação e desenvolvimento;

De Janeiro de 1992 a Novembro de 1994, consultor agro-industrial e empresário em nome individual no comércio de sementes e ingredientes para alimentação animal;

De Dezembro de 1994 a Abril de 1996, regresso à função pública, tendo sido destacado pelo IEADR — Instituto das Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural no IBQTA — Instituto de Biotecnologia, Química Fina e Tecnologias Alimentares do INETI — Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, para assessorar a Comissão Interministerial de Valorização dos Recursos Naturais, presidida pelo director do IBQTA;

De Maio de 1996 a Fevereiro de 1998, requisitado pelo IBQTA, nos termos do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ao IEADR, para desempenhar as funções de assessor do director do IBQTA, tendo sido responsável pelo Secretariado Técnico das seguintes Comissões Técnicas de Normalização do Sistema Nacional de Qualidade:

- CT 61 — Microbiologia Alimentar (23 membros);
- CT 114 — Análise Sensorial de Alimentos (15 membros);
- CT 126 — Métodos Horizontais de Análise Química (22 membros);

De Março de 1998 a Março de 2001, requisitado pela Secretaria-Geral do MADRP, nos termos do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, à Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural (DGDR), organismo a cujo quadro passou a pertencer devido à extinção do IEADR, tendo sido colocado no Centro de Formação e Produção de Audiovisuais (CFPAV), desempenhando as funções de técnico superior na concepção, produção e realização de programas em suporte vídeo de curta duração para emissão em televisão e de longa duração, para formação e divulgação.

Promovido a técnico superior de 1.ª classe em 30 de Outubro de 1999, em virtude de ter sido o 1.º classificado no concurso interno de acesso geral para preenchimento de nove vagas de técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DGDR, conforme o aviso n.º 11 550/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 20 de Julho de 1999.

Transferido para a Secretaria-Geral do MADRP em 29 de Março de 2001, permanecendo colocado no CFPV até final de Março de 2004;

De Abril a Outubro de 2004 foi requisitado pelo INIAP — Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas à Secretaria-Geral do MADRP, nos termos do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para desempenhar funções de técnico superior na Direcção de Serviços de Planeamento, Formação e Divulgação (DSPFD);

Desde Novembro de 2004 é chefe da Divisão de Informação e Relações Públicas do INIAP, em regime de substituição, nomeado por despacho do presidente do INIAP de 25 de Outubro de 2004, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 260, de 5 de Novembro de 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 2206/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Setembro de 2004 da Ministra da Educação:

Mestre Vítor Manuel Lopes Godinho Boavida, nomeado, em comissão de serviço, director executivo do conselho de administração da Editorial do Ministério da Educação — renovada a respectiva comissão de serviço, por um período de três anos, com efeitos a 2 de Outubro de 2004.

23 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Gabinete, *Rodrigo Queiroz e Melo*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa

Despacho n.º 2207/2005 (2.ª série). — Manuel Vaz (1900-1956), morador em Terceira, foi um dos primeiros professores da escola de Barcarena.

Personalidade presente na memória de várias gerações que o recordam como pedagogo pragmático e austero.

Atento à educação das crianças, dedicou-se igualmente à educação para adultos mediante a implementação de ensino especial vocacionado para os empregados da então Fábrica da Pólvora.

A Câmara Municipal de Oeiras propõe o seu nome como patrono da E. B. 1 de Barcarena n.º 1, homenagem justa à personalidade de referência, notabilizada pelo serviço prestado em prol da comunidade local e educativa.

Assim, preenchidos os requisitos e formalidades previstos no Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, determino que a Escola Básica do 1.º Ciclo de Barcarena n.º 1 passe a denominar-se Escola Básica do 1.º Ciclo Manuel Vaz, Barcarena, Oeiras.

7 de Janeiro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa, *José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro*.

Despacho n.º 2208/2005 (2.ª série). — Amélia Rosa Estrela Calado Felício e Vieira Luís foi professora na Escola E. B. 1/JI de Outurela/Portela, durante 29 dos 33 anos da sua carreira.

Foi um exemplo de profissionalismo respeitada por todos os colegas e companheiros de trabalho, pais/encarregados de educação e alunos.

A Câmara Municipal de Oeiras, ao propor o seu nome como patrono da E. B. 1/JI de Outurela/Portela, presta uma homenagem justa à pedagoga, cuja memória está associada à da comunidade local e educativa de Outurela/Portela.

Assim, preenchidos os requisitos e formalidades previstos no Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, determino que a Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim-de-Infância de Outurela/Portela passe a denominar-se Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim-de-Infância Amélia Vieira Luís, Carnaxide, Oeiras.

7 de Janeiro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa, *José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro*.

Despacho n.º 2209/2005 (2.ª série). — Sofia Carneiro de Carvalho (1889-1953) foi uma das primeiras professoras da primeira escola da freguesia de Algés.

Atenta às necessidades educativas locais, doou os terrenos para construção da escola local, actual Escola E. B. 1/JI de Algés n.º 1.

A Câmara Municipal de Oeiras propõe o seu nome como patrono da E. B. 1/JI de Algés n.º 1, homenagem justa à personalidade, que se mantém associada à memória de toda a comunidade local e educativa.

Assim, preenchidos os requisitos e formalidades previstos no Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, determino:

A Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim-de-Infância de Algés n.º 1 passa a denominar-se Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim-de-Infância Sofia de Carvalho, Algés, Oeiras.

7 de Janeiro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa, *José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro*.

Rectificação n.º 150/2005. — Tendo havido lapso na identificação dos estabelecimentos de educação e de ensino suspensos pelos n.ºs 1.1 dos despachos n.ºs 11 154/2004 (2.ª série) e 11 155/2004 (2.ª série), publicados no *Diário da República*, 2.ª série, de 3 de Junho de 2004, procede-se à revogação parcial dos mesmos no que se refere à suspensão dos estabelecimentos abaixo identificados, os quais se mantêm em funcionamento:

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Distrito de Lisboa

Concelho da Amadora:

JI 641250, Brandoa n.º 2, Brandoa (dois lugares).

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Distrito de Évora

Concelho de Évora:

EB 1 286369, Quinta da Vista Alegre, Malagueira (três lugares).
EB 1 286424, Bairro da Senhora da Glória, Malagueira (três lugares).

7 de Janeiro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa, *José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro*.

Conselho Nacional de Educação

Rectificação n.º 151/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 24 421/2004, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004, rectifica-se que onde se lê «Dora Cristina Pereira» deve ler-se «Dora Cristina Pereira Alcaide».

13 de Janeiro de 2005. — O Secretário-Geral, *Manuel I. Miguéns*.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

Despacho n.º 2210/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, à professora do ensino público a seguir indicada, que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2003-2004, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

Universidade Católica Portuguesa

Faculdade de Teologia

Classificação profissional
—
Valores

10 — EMRC:

Maria de la Salette Vieira Conceição Alberto 12

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004.

4 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Diogo Simões Pereira*.

Despacho n.º 2211/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu